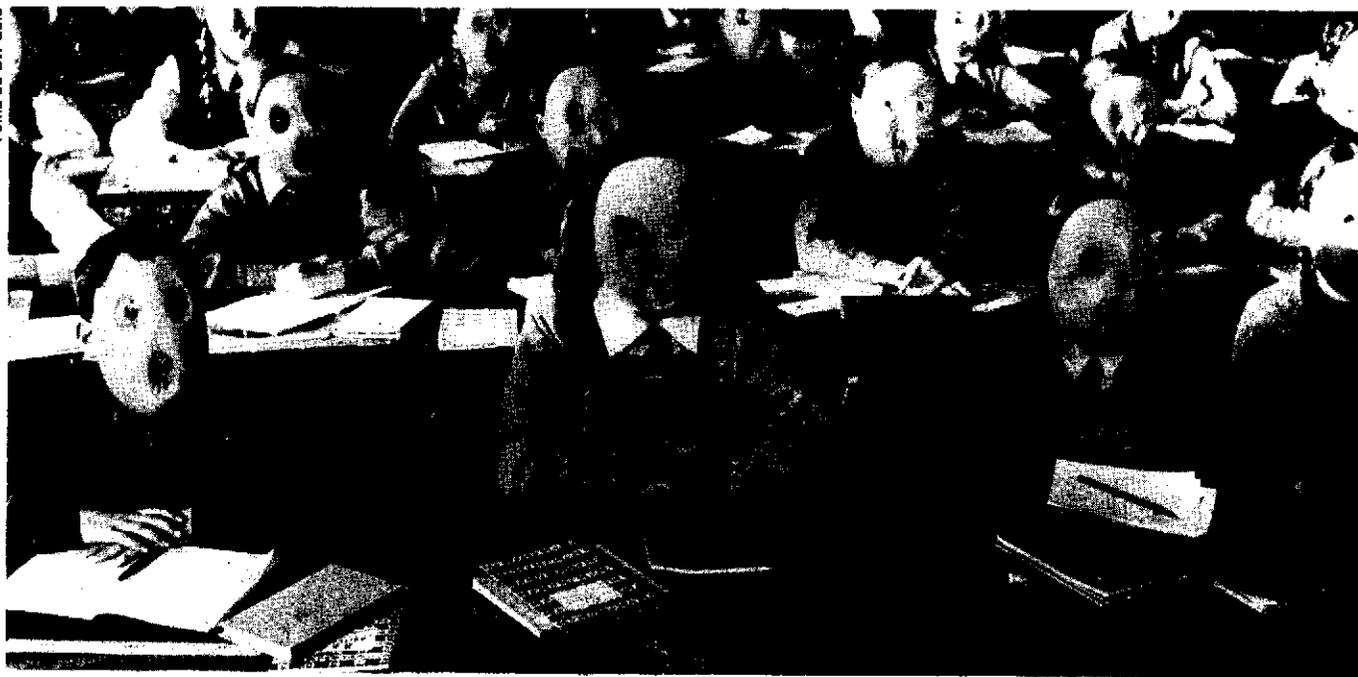


QUESTÕES DE GÊNERO NA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NA INGLATERRA *

JEFFREY RICHARD ALDRICH**

Folha de S. Paulo



Cena de "Pink Floyd, o Filme".

RESUMO

Esta introdução às questões de gênero na história da educação na Inglaterra é dividida em quatro partes. Inicia-se com a exploração de questões teóricas. Em seguida considera o contexto no qual estão colocados os estudos de questões de gênero. A terceira secção oferece uma revisão da literatura recente e finalmente apresentam-se algumas breves conclusões. O artigo restringe-se principalmente à Inglaterra, um dos elementos que constituem o Reino Único que incorpora ainda o País de Gales, a Escócia e a Irlanda do Norte¹.

**PALAVRAS-CHAVES: ESTUDOS DE GÊNERO E
EDUCAÇÃO - INGLATERRA
HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO - INGLATERRA**

ABSTRACT

This introduction to gender issues in the history of education in England is divided into four parts. It begins with an exploration of matters of theory; secondly considers the contexts in which studies of gender issues are currently located. The third section provides a review of recent literature. Finally some brief conclusions are drawn, this article is concerned principally with England which is but one part of a United Kingdom which today also includes Wales Scotland and Northern Ireland.

**KEY WORDS: GENDER STUDIES AND EDUCA-
TION - ENGLAND
HISTORY OF EDUCATION - ENGLAND**

* Tradução: Maria Inez Salgado de Souza

Revisão: Helena Gramiscelli Magalhães

** Dr. Aldrich is President of the History of Education Society of the United Kingdom
History and Humanities Department
University of London Institute of Education
Bedford Way
London WC1H 0AL
England

1. No Reino Unido ou Grã-Bretanha o sistema de educação da Inglaterra e País de Gales é distinto dos sistemas educacionais da Escócia e da Irlanda do Norte, que têm sua própria evolução. N.T.

TEORIA

Ainda que no passado a palavra "gênero" tenha sido geralmente utilizada como sinônimo da palavra "sexo", o seu uso contemporâneo, aquele empregado neste artigo, faz uma distinção cuidadosa entre os dois vocábulos.

A palavra "sexo" pode ser empregada para referir-se às características físicas ou psicológicas e às diferenças entre machos e fêmeas, tanto para designar os animais (incluindo os seres humanos) quanto as plantas. Tais diferenças físicas tiveram, historicamente, considerável influência sobre os papéis desempenhados por homens e mulheres e sobre a educação que receberam para desempenhá-los. Em muitas sociedades, incluindo-se aí a da Inglaterra, acreditou-se amplamente que tais diferenças físicas estender-se-iam a diferentes capacidades intelectuais dos homens e mulheres, invariavelmente com desvantagens para as mulheres. Pesquisas mais recentes, contudo, sugerem que, se realmente existem diferenças físicas, em relação aos cérebros masculinos e femininos, a vantagem é das mulheres. O trabalho de Dra. Christine de Lacoste-Utamsing da Universidade do Texas indica que o **corpus callosum**, a linha que une as duas metades do cérebro, é mais espessa nas mulheres do que nos homens, um fator que pode explicar a suposição de que o poder intuitivo da mente feminina seja maior.

A palavra "gênero"; por sua vez, refere-se às diferenças socialmente construídas entre homens e mulheres. Tais diferenças podem ter alguma relação com diferenças físicas reais como por exemplo o grande dispêndio de tempo e energia utilizado pela mulher na procriação da espécie, através da gestação, parto e aleitamento. No entanto, essencialmente, essas diferenças estão relacionadas com pontos de vista da sociedade sobre o que seja apropriado para os homens e que é apropriado para mulheres.

Tais pontos de vista têm variado historicamente. Por exemplo, por vários séculos, nas diferentes partes do que veio a ser o Reino Unido, as mulheres não podiam votar, (embora em algumas instâncias especiais isso ocorresse) nem ser eleitas para o Parlamento. Até o século vinte, elas não tiveram tais direitos. Somente em 1979 uma mulher tornou-se Primeiro Ministro.

Não se deve pensar, entretanto, que a emancipação feminina foi um processo contínuo, apesar de lento e longo. Um exemplo disso ocorreu durante a Primeira Guerra, 1914-1918: mulheres no Reino Unido (e em muitos outros países) exerceram trabalhos que haviam até então sido monopolizados pelos homens. Conduziram ônibus, engajaram-se em trabalhos pesados nas fábricas e mostraram sua competência num rol de ocu-

pações consideradas previamente como trabalhos de homens. Quando, após a guerra, os homens retornaram da frente de batalha, esses trabalhos voltaram a ser reservados ao mundo masculino.

Atitudes quanto ao gênero têm sido diferenciadas e continuam a sê-lo comparativamente. Em muitas partes do mundo homens e mulheres têm completa igualdade em termos jurídicos e políticos e em outros países isso não acontece. Em determinados países, tal igualdade, em teoria, pode produzir como resultado uma considerável igualdade na prática. Por exemplo, na Noruega, metade dos membros do Gabinete, incluindo a Primeiro-Ministro, são mulheres. Em outros países, como a Índia, o Paquistão e o Reino Unido, embora mulheres tenham chegado a ocupar o cargo de Primeiro-Ministro, os governos que elas presidiram têm sido majoritariamente masculinos.

Como a sociedade constrói suas visões sobre os papéis de gênero? A resposta está essencialmente relacionada com a questão de quem detém o poder na sociedade. Historicamente falando, há pouca dúvida de que os papéis de gênero tanto feminino quanto masculino tenham sido construídos pelos homens pois eles têm conservado o poder. Três exemplos podem ser dados - o do poder religioso, o do econômico e o do político. A maioria, senão todas as mais importantes religiões do mundo atualmente se referem a um deus ou a deuses, ao invés de uma deusa ou deusas. O Cristianismo, por exemplo, como o Budismo, o Confucionismo e o Maometismo, têm seu próprio nome ligado à figura de um homem histórico. Atualmente, a Igreja Católica Romana ainda reserva o papel de sacerdote aos homens, especificamente aos homens celibatários. Em relação a esse ramo do Cristianismo, portanto, o poder permanece firmemente sediado em mãos masculinas e as mulheres são excluídas supostamente por causa do seu sexo. Todavia, como as mulheres podem tornar-se sacerdotes ou até mesmo bispos em outras seitas da religião cristã, pode-se argumentar que tais diferenças não se relacionariam ao sexo mas ao gênero. Na Igreja Católica Romana e na Igreja Anglicana do Reino Unido, ainda hoje, o exercício do poder pelos homens tem impedido as mulheres de se ordenarem padres.

O poder econômico tem sido predominantemente colocado na mão dos homens. A questão de gênero existia no trabalho rural da sociedade britânica anterior à Revolução Industrial do século dezoito e no sistema "doméstico" como, por exemplo, na produção de tecidos. As mulheres tiveram empregos reconhecidos e remunerados naquelas ocupações e quando as indústrias têxteis foram mecanizadas e transferidas para a produção fabril alguns trabalhos foram ainda conside-

rados "ocupação de mulheres". Ellen Jordan, todavia, concluiu que as recém-criadas indústrias do século dezanove que não tiveram uma fase proto-industrial, foram moldadas pelo preconceito de "classe média" dos empregadores para quem "o trabalho das mulheres estava confinado à esfera doméstica" (Jordan 1989, p.286). Na verdade, em 1842, por exemplo, foi aprovada uma lei a impedir mulheres e crianças de trabalharem nas minas de carvão subterâneas. Elas foram então contempladas, por um Parlamento exclusivamente masculino, com o status de trabalhadores "protegidos". No outro lado da escola, a crescente divisão do trabalho e a profissionalização do conhecimento ocorrida no século dezanove, também viram as mulheres serem cabalmente excluídas de profissões tais como a medicina e o direito.

As jovens das classes média e alta não deveriam trabalhar fora e ganhar seu próprio sustento. Até se casarem, eram mantidas pelos pais, quando então ficavam sob a responsabilidade financeira de seus maridos. Hoje em dia, embora as mulheres constituam metade da força de trabalho do Reino Unido, elas ainda não possuem um poder econômico real. As mulheres constituem nove entre dez dos quase seis milhões de trabalhadores de tempo parcial e quatro quintos desses trabalhadores são mal remunerados e não têm garantidos os direitos trabalhistas básicos e/ou à segurança social. (Leighton, Syrett, 1989, p.5-6).

O poder político também tem sido baseado no gênero. O **Parliamentary Reform Act** de 1832, que sempre é tomado como marco inicial da democratização da constituição britânica, restringiu os direitos de voto aos homens. Somente após 1928 as mulheres foram equiparadas aos homens com respeito às franquias parlamentares. Igualmente, somente no século vinte foi permitido às mulheres serem candidatas à Casa dos Comuns. Todavia, ao longo da história britânica, mulheres ocuparam a posição de monarca e algumas tiveram longos e importantes reinados. A rainha Elizabeth I reinou de 1558 e 1603, a Rainha Vitória de 1837 a 1901. Surpreendentemente, a última referiu-se às mulheres que lutaram pelo direito do sufrágio feminino com estas palavras: "esta louca, ímpia estultície de direitos femininos". Tais incongruências no poder político reforçam as diferenças entre gênero e sexo. No plano social mais elevado, as mulheres foram consideradas capazes de exercer o poder político, em virtude de sua origem nobre. Nos outros níveis elas foram formalmente excluídas.

Os mecanismos através dos quais os papéis de gênero têm sido estabelecidos e perpetuados podem ser descritos como estereótipos. Os estereótipos têm sido aplicados tanto para o gênero feminino quanto para o

masculino, mas os estereótipos femininos são distintos pelo fato de que têm sido geralmente criados mais pelos homens do que pelas próprias mulheres. Margherita Rendel (1982) identificou a estereotipificação das mulheres na religião judaico-cristã como Madona/mãe, ou ocasionalmente como monja, prostituta ou bruxa. A educação reforça os estereótipos quando coloca ênfase na importância do papel das meninas como futuras mães e esposas. A figura da freira tem a sua versão moderna nas jovens que seguem as carreiras assistenciais; a enfermagem e o magistério foram consideradas profissões aceitáveis para mulheres, ainda no século dezanove. Nos negócios e na política, entretanto, poucas mulheres no Reino Unido alcançaram um real sucesso até agora. Quando o fizeram—Margareth Thatcher é um exemplo clássico—sempre fazem parte do contexto masculino e, embora sejam biologicamente fêmeas, no sentido de gênero tornam-se homens honorários.

Finalmente, é necessário adicionar aqui alguns comentários ao termo "história" tal como é visto por nós. Esse vocábulo é utilizado com diferentes significados. Em sua forma mais simples significa passado, aquilo que aconteceu. É também utilizado para descrever o estudo do passado e, particularmente, para significar o estudo da disciplina que trata do passado. Outras interpretações podem estar relacionadas com as finalidades de tal estudo. Alguns indivíduos podem estudar a história com a finalidade de ilustração e enriquecimento, como uma maneira de enfatizar a continuidade. Tal tipo de estudo da história pode ser descrito como herança ou entesouramento de elementos do passado, tanto em forma de edificações e outros artefatos como no sentido de coletânea de ideais e vidas exemplares. Outros, no entanto, estudam a história não apenas para esclarecer e iluminar o passado mas ainda como um meio de modificar o futuro. Neste sentido, cada vez mais, o estudo dos papéis de gênero, tanto historicamente como no presente, é empreendido com o propósito de se mudarem tais papéis.

Contexto

O estudo profissional da história da educação no Reino Unido - assim como o estudo da História em si - começou nas últimas décadas do século dezanove. Dois temas centrais logo emergiram. Um deles foi o mapeamento do sucesso da expansão da educação nacional. O sistema compulsório de educação elementar foi introduzido em 1880 e foi efetivamente implementado no final do século. o segundo tema foi a concentração em torno das idéias e ideais dos grandes educadores, de Platão e Aristóteles, passando por Cícero,

Agostinho, Aquino e Comenius, Locke e Rousseau indo até personalidades britânicas do século dezanove como Arnold, Newman e Spencer. Uma vez que a história da educação era ensinada a estudantes que se preparavam para serem professores, tais temas eram muitas vezes passados como uma mensagem exortatória e celebratória. Enfatizava-se o papel dos professores no darem continuidade ao progresso da educação nacional e ao viverem os altos ideais que haviam atravessado os séculos.

A partir dos anos 60 o Reino Unido passou por rápidas mudanças econômicas e sociais. O número de estudantes na educação superior dobrou em uma década e muitas universidades novas e escolas politécnicas foram criadas. Novos contextos surgiram para o estudo da História e um número de novas associações científicas, incluindo a Associação de História da Educação foram criadas. Novas perspectivas surgiram, perspectivas essas que criticavam principalmente o ensino tradicionalista da História. Assim, a história imperial foi re-examinada do ponto de vista do colonizado mais do que dos colonizadores, enquanto que a história doméstica da Grã-Bretanha era reexaminada do ponto de vista de diversos grupos que haviam sido em sua maioria excluídos daquela história e de sua historiografia.

Novas questões foram colocadas na agenda da história da educação. Até que ponto o sistema formal de educação fora utilizado para reforçar os estereótipos de meninos e meninas, de homens e mulheres? Como se diferencia tal estereotipificação entre as classes sociais? Que mensagens específicas quanto a gênero as crianças recebem na escola e no lar sobre os seus futuros papéis como adultos? De que maneira o currículo, explícito ou oculto, é construído e utilizado para promover aqueles processos? Como as pioneiras na educação secundária e superior do século dezanove conviveram com as incongruências de status e gênero do seus novos papéis? Até que ponto o entendimento histórico dos meios educacionais, pelos quais os papéis de gênero foram criados e reforçados, pode ajudar a assegurar mudanças na direção de uma maior igualdade tanto no presente quanto no futuro?

Surgiram então centros para o estudo dessas novas perspectivas da História. A Biblioteca Fawcett na City of London Polytechnic, no leste de Londres, é a maior biblioteca no Reino Unido para a pesquisa de todos os aspectos relacionados com as mulheres na sociedade. Seu acervo de 40.000 livros, panfletos e opúsculos, mais de 700 títulos de periódicos e 500 caixas de arquivos, incluindo papéis e cartas de muitas feministas eminentes, é um recurso inestimável que vem sendo consultado por pesquisadores de todo o mundo.

No interior da Associação de História da Educação do Reino Unido foi criado um grupo de estudo cujo foco é a história da educação de meninas e mulheres. Esse grupo reúne-se regularmente nas conferências dessa Associação em maio e dezembro. Sua coordenadora, Penny Summerfield, da Universidade de Lancaster vem editando uma importante publicação intitulada **Women Education and Profession** (Mulheres, educação e profissão) (1987). Em 1984 foi organizado pela Associação, em Londres, um congresso sobre o tema da educação de meninas e mulheres. A documentação publicada, (Purvis, (ed.) 1985) inclui "papers" de Margaret Bryant, Joan Burstyn, Carol Dyhouse, Felicity Hunt, Sheila Fletcher e June Purvis, oferecendo uma utilíssima coleção de trabalhos de eminentes acadêmicas nesse campo.

Tais iniciativas procuram chamar atenção para essa metade da raça humana que por tanto tempo esteve alijada da história britânica e prestigiar as mulheres historiadoras. Não há dúvida de que os estudos históricos na Grã-Bretanha têm sido patriarcais, tanto em suas preocupações como em sua orientação. Tanto assim que John Kenyon, ao escrever sobre a profissão de historiador, da Renascença aos dias presentes, deu ao seu trabalho o título **The History Men** (os homens da História) (Kenyon, 1983). Três publicações recentes, no entanto, focalizaram não a história de meninas e mulheres enquanto tais, mas orientaram o estudo para as dimensões históricas do gênero, tanto feminino quanto masculino. **Gender and History** (Gênero e História), um novo periódico lançado em Março de 1989 pela editora Basil Blackwell, foi criado como "uma resposta à atual explosão de questões históricas sobre feminilidade e masculinidade e os papéis das mulheres e dos homens no passado." Seus co-editores são Leonore Davidoff da Universidade de Essex, Inglaterra e Nancy Hewitt da Universidade de Flórida do Sul, USA.

Outra publicação recém-criada é **Gender and Education** (Gênero e Educação). Esse periódico é editado por June Purvis da Politécnica de Portsmouth, Inglaterra e publicado pela Carfax Publishing Company. Seu primeiro número, que apareceu em 1989, incluiu um artigo histórico da pesquisadora Ruth Watts. Uma terceira iniciativa liderada por Christine Heward, da Universidade de Warwick, Inglaterra, é a criação de um grupo de estudos permanente, em nível internacional, sobre "História de Gênero e Educação". Esse grupo deve encontrar-se pela primeira vez em agosto de 1990, em Praga, no encontro anual da Conferência Internacional Permanente de História da Educação. O grupo planeja organizar um registro de pesquisadores que vêm trabalhando neste campo, divulgar

suas publicações, bem como publicar um boletim.

Literatura recente

Embora tenha havido estudos que contrastam experiências masculinas e femininas na escola, (por exemplo Purvis, 1984) a maioria das publicações sobre gênero e História da Educação na Grã-Bretanha tem-se subdividido em dois grandes grupos: um relacionado a estudos sobre mulheres e outro sobre a questão da educação masculina.

Tanto na literatura, como na organização das pesquisas, o desenvolvimento dos estudos de gênero pode ser traçado pela concentração crescente de estudos sobre história de meninas e mulheres. Josephine Kamm foi uma das modernas pioneiras de tais estudos e produziu obra constituída por três alentados volumes (1958, 1965, 1971). O primeiro dos três é um relato biográfico de duas típicas diretoras de escolas secundárias do século dezanove: Dorothea Beale e Frances Buss; o segundo, uma história geral da educação de moças e o terceiro é um estudo longitudinal, num espaço de cem anos, acerca de um grupo de escolas para meninas da elite.

Esse tipo de estudo foi desenvolvido por Margaret Bryant (1979) e Sheila Fletcher (1980) que forneceram abordagens mais acadêmicas e analíticas sobre a evolução da educação secundária de meninas durante os meados e últimos anos do século dezanove. O livro de Bryant, que também abrange a educação superior de moças de classe média, é subdividido em quatro partes: "O trabalho" "As agentes" "O desenvolvimento" "O produto". O livro de Fletcher é um relato e uma avaliação do trabalho daqueles que foram responsáveis pela promoção da educação secundária de meninas sob a regulamentação do **Endowed Schools' Act de 1869**².

Se tais volumes foram importantes para colocar a educação feminina numa posição de destaque no registro histórico, o verdadeiro despertar, em termos de gênero e educação, veio através dos estudos ligados à perspectiva feminista. Estas escritoras foram além das considerações das pioneiras, das instituições e da legislação, na sua tentativa de identificar o que a educação realmente significa para a moça ou para a mulher do século XIX. Pesquisadoras norte-americanas contribuíram para esse desenvolvimento. Joan Burstyn

2. Esta lei alterou as normas que regiam as escolas secundárias subsidiadas (chamadas então "grammar schools") e permitiu assim a expansão da educação das jovens de classe média. Apesar de compulsório desde 1880 a universalização e obrigatoriedade da escola para as crianças entre 5 e 16 nos é de 1944, N.T.

(1980) escreveu sobre a educação vitoriana e o ideal de feminilidade, Deborah Gorham (1982) sobre a moça vitoriana e o ideal feminino.

A nova perspectiva de estudo da educação de meninas e mulheres ligada ao fator gênero exigiu não apenas novos conceitos e perspectivas teóricas mas também dependeu de fontes de informação até então negligenciadas. Desde que mulheres têm sido constantemente excluídas dos arquivos oficiais foi necessário fazer extensa utilização de fontes privadas - autobiografias, diários, reminiscências, trabalhos literários, cartas pessoais - e, com respeito a épocas recentes, de evidências orais. Tais fontes proporcionaram uma maior compreensão das dimensões privadas e informais da educação - na família, em associações e na sociedade, através de amizades e do exemplo.



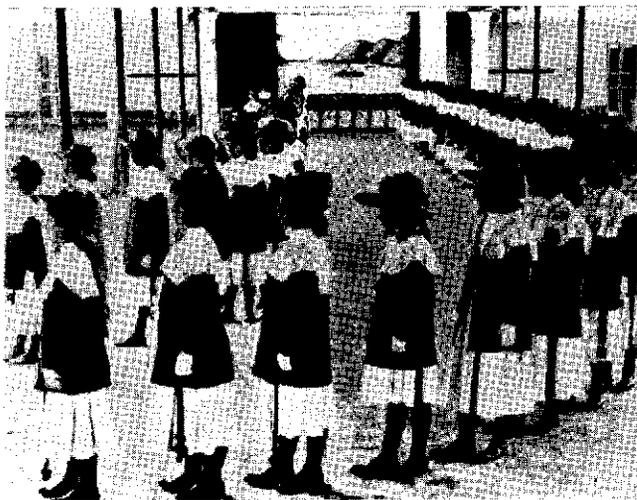
Tem havido uma tal explosão de trabalhos nesse campo que é quase impossível cobrir todas as publicações. Um guia bastante útil sobre material não-publicado é **Women's Studies. A Bibliography of Dissertations, 1870-1982** (1985), compilada por V. F. Gilbert e D. S. Tatla. Nada menos que 1686 de suas mais de 12.000 entradas estão relacionadas com educação, proporcionando um inestimável guia para o trabalho de pesquisa realizado em universidades britânicas, irlandesas e norte-americanas. Outros interessantes pontos de partida entre os autores publicados são os volumes de Dyhouse (1981), Widdowson (1983), Fletcher (1984), Hunt (1987) e Spender (1987). Há ainda numerosos artigos e capítulos de coletâneas. As publicações incluem **History of Education** que devotou uma edição completa a "Mulheres e Educação" com artigos de Charlton, Theobald, Gomersall, Thomas, Horn, Owen e Dow, uma edição que levou a novos trabalhos para discussão no ano seguinte (Vol. 18(2), 1989).

O estudo de Dyhouse, **Girls Growing Up in late Victorian and Edwardian England** (Educação de meninas na Inglaterra no final da época vitoriana e eduardiana), tomando apenas um dos exemplos citados acima, é um livro sobre a socialização de meninas nos seus papéis na sociedade, no final do século dezenove e princípio do século vinte. É um trabalho essencialmente sobre gênero e relevante em diversos aspectos. Trata de experiências com educação de moças tanto da classe trabalhadora como também da classe média. Descreve uma ampla gama de experiências de educação tanto formal como não-formal: na família, no clube, na escola e na faculdade. Onde o estudo lida com a escola formal, por exemplo em questões como currículo, Dyhouse examina as pressões, sobretudo ideológicas e institucionais, que se enfrentavam a fim de que se fizesse um currículo específico para moças. Assim, aulas de puericultura e cuidados com crianças eram ministradas nas escolas elementares porque havia uma excessiva preocupação com a saúde da raça imperial. Além disso, membros da classe médica persuadiram o Conselho de Educação de que a ignorância das mães era a principal causa das altas taxas de mortalidade infantil. Dyhouse mostra que o ideal vitoriano de feminilidade baseava-se em última instância na divisão sexual do trabalho. As moças eram educadas para acreditar que deviam ser dependentes econômica e intelectualmente dos homens. Não eram encorajadas a procurar o poder ou a independência, mas ao contrário, a desenvolver as virtudes do servir e do auto-sacrifício.

A compreensão da construção dos papéis do gênero masculino destaca-se nos estudos de J.A. Mangan sobre as escolas exclusivas para rapazes, **Athleticism in the Victorian and Edwardian Public School** (O atletismo nas escolas vitorianas e eduardianas para rapazes) (1981) mostrou o papel do esporte no desenvolvimento do estereótipo do "gentleman" inglês. Seu volume subsequente **The Games Ethic Imperialism** (O Imperialismo da ética esportiva) (1986) mapeou a exportação de tais ideais para todo o Império Britânico. Mangan e Walvin (1987) escreveram uma coletânea de trabalhos acerca do desenvolvimento de uma masculinidade própria da classe média na Grã-Bretanha e na América no período entre 1800 e 1940.

Um outro livro que aborda a questão de gênero é o de Christine Heward **Making a Man of Him** (1988) (Tornando-o um Homem) Heward estudou alguns dos 180 arquivos de cartas escritas pelos pais entre os anos de 1929 a 1950 ao diretor do Ellesmere College, um internato inglês. Nos casos em que os correspondentes desejavam ser identificados conservaram seus verdadeiros nomes. Em outros, foram utilizados

pseudônimos para manter o anonimato. Essas fontes manuscritas foram suplementadas por entrevistas individuais com antigos alunos e com o quadro de funcionários. De evidências como essas, Heward pôde extrair importantes conclusões sobre como os pais - desejavam que a escola socializasse seus filhos para tornarem-se homens. Heward mostra (e seu trabalho nesse aspecto complementa o de Dyhouse), que se os filhos deviam-se tornar chefes de família, a finalidade primeira de sua educação era torná-los aptos a alcançar posições de destaque na sociedade tanto financeira como socialmente.



Conclusão

Concluindo, pode-se afirmar com certeza que a relação entre gênero e educação é um dos mais importantes e estimulantes temas de estudo da história da educação no Reino Unido hoje em dia. Embora muito já tenha sido alcançado, muito ainda está por ser feito, não apenas a respeito da relação entre os fatores de gênero e de classe social mas também quanto ao estudo de tais questões num contexto comparativo.

Muitos dos estudos existentes na Inglaterra concentram-se nas classes média e alta. As razões disso são compreensíveis. Os membros de tais classes são menos numerosos que o das classes populares e suas vidas e as histórias dos estabelecimentos educacionais que eles frequentaram são mais fáceis de serem documentados do que os das camadas populares. Além do mais, no Reino Unido a diferenciação de papéis entre homens e mulheres das classes média e superior, no que diz respeito à educação formal, era e ainda é claramente visível - refletindo-se nas escolas separadas para meninos e meninas - geralmente em regime de

internato em vez de externato. Em contraste, as crianças das classes trabalhadoras freqüentam a mesma escola indiferentemente do sexo. As mudanças nos papéis do gênero feminino nos séculos dezanove e vinte, seja com relação à educação secundária e superior da elite, ou ao acesso a certas profissões, foram essencialmente restritos a mulheres de famílias abastadas.

Tais considerações levaram certos pesquisadores a insistir no primado da classe social por oposição a sexo ou gênero, como fator na história britânica. Por exemplo, em relação à educação da mulher da classe trabalhadora, entre 1800-1870, Keith Flett (1989), em seu trabalho, reconhece que há uma predominância do patriarcalismo na educação formal e no trabalho. Apesar disso, coloca mais ênfase na igualdade do tratamento dispensando a homens e mulheres e no papel de destaque destas na educação promovida pelos radicais bem como na resistência às estruturas do capitalismo. Essa argumentação de Flett foi discutida e, em minha opinião, refutada por Gomersall (1989) e Purvis (1989). Ambas enfatizam "a dupla carga" (das situações) de gênero e de classe vivida pelas mulheres das classes trabalhadoras, mas enfatizam a importância de uma análise integrada dessas duas questões com relação à história da educação. Ao comentar a afirmativa

de Flett de que a história marxista deve prosseguir nos anos 90, Purvis afirma que as categorias marxistas devem ser reafirmadas não apenas para definir-se que tipo de pessoas estariam implícitas na categoria "povo"; as categorias marxistas têm ignorado as questões de gênero: a classe trabalhadora enquanto tal, tradicionalmente, refere-se somente aos homens, como se as mulheres da classe trabalhadora não tivessem dado nenhuma contribuição à economia através de seu trabalho doméstico, remunerado ou não.

É através de novas pesquisas e de debates como esses, que as questões de gênero, com relação à história da educação, poderão ser esclarecidas e avançar. Todavia, nosso trabalho na Grã-Bretanha continuará limitado e incompleto a menos que ele so torne verdadeiramente parte integrante do conhecimento acadêmico e esteja informado por uma perspectiva internacional. Por isso foi para mim um grande prazer, em agosto de 1989, ter a oportunidade de discutir gênero e outras questões educacionais históricas contemporâneas com pesquisadores brasileiros no Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília e Belo Horizonte e assim poder contribuir com este artigo para essa conceituada revista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRYANT, M. **The Unexpected Revolution. A Study in the History of the Education of Women and Girls in the Nineteenth Century.** London: University of London Institute, of Education, 1979.

BURSTYN, J. **Victorian Education and the Ideal of Womanhood.** London: Croon Helm, 1980.

DYHOUSE, C. **Girls Growing Up in late Victorian and Edwardian England.** London: Routledge and Kegan Paul, 1981

FLETCHER, S. **Feminists and Bureaucrats. A Study in the Development of Girls Education in the Nineteenth Century.** Cambridge: Cambridge University Press, 1980.

FLETCHER, S. **Women First: The Female Tradition in English Physical Education, 1880-1980.** London: Atholone Press, 1984.

FLET, K. Sex or class: the education of working-class women, 1800-1870, **History of Education**, v. 18, n. 2, p. 145-146, jun. 1989.

GILBERT, V. F. and Tatla, D. S. (1985). **Women's Studies. A Bibliography of Dissertations 1870-1982** 1870-1982. Oxford: Blackwell

GOMERSALL, M. 'Woman's work and education in Lancashire, 1800-1870: a response to Keith Flett', **History of Education**, v. 18, n. 2, p. 153-162, jun. 1989.

GORHAM, D. **The Victorian Girl and the Feminine Ideal.** London: Croom Helm, 1982.

- HEWARD, C. **Marking a Man of Him. Parents and their Sons Education at an English Public School, 1929-50.** London: Routledge, 1988.
- HUNT, F. (ed.) **Lessons for Life. The Schooling of Girls and Women, 1850-1950.** Oxford: Blackwell, 1987.
- JORDAN, E. 'The exclusion of women from industry in nineteenth-century Britain', **Comparative Studies in Society and History**, v. 31, n. 2, p., 1989.
- KAMM, J. **How Different From Us. A Biography of Miss Buss and Miss Beale.** London: The Bodley Head, 1958.
- KAMM, J. **Hope Deferred. Girls Education in English History.** London: Methuen, 1965.
- KAMM, J. **Indicative Past. A Hundred Years of the Girls Public Day School Trust.** London: Allen and Unwin, 1971.
- KENYON, J. **The History Men.** London: Weidenfeld and Nicolson, 1983.
- LEIGHTON, P. and SYRETT, M. **New Work Patterns. Putting Policy into Practice.** London: Pitman, 1989.
- MANGAN, J. **Athleticism in the Victorian and Edwardian Public School.** London: Falmer, 1981.
- MANGAN, J. **The Games Ethic and Imperialism.** Harmondsworth: Viking, 1986.
- MANGAN, J. and Walvin, J. (eds.) **Manliness and Morality: Middle Class Masculinity in Britain and America, 1800-1940.** Manchester University Press, 1987.
- PEDERSEN, J. **The Reform of Girls' Secondary and Higher Education in Victorian England. A Study of Elites and Educational Change.** New York: Garland, 1987.
- PURVIS, J. 'The experience of schooling for working-class boys and girls in nineteenth-century England' In: GOODSON I. and BALL, S. (eds.) **Defining the Curriculum.** London: Falmer, 1984.
- PURVIS, J. (ed.) **The Education of Girls and Women.** Leicester: History of Education Society, 1985.
- PURVIS, J. "We can no longer pretend that sex stratification does not exist, nor that it exists but is unimportant" (M. Eichler). A reply to Keith Flett **History of Education**. v. 18, n. 2, p. 147-152, 1989.
- RENDEL, M. 'Ideological measures and the subjugation of women, **International Journal of Political Education**. n. 5, p., 1982.
- SPENDER, D. (ed.) **The Education Papers: Women's Quest for Equality in Britain, 1850-1912.** London: Routledge and Kegan Paul, 1987.
- SUMMERFIELD, P. (ed.) **Women, Education and the Professions.** Leicester. History of Education Society, 1987.
- WATTS, R. 'Knowledge is Power - Unitarians, gender and education in the eighteenth and early nineteenth centuries', **Gender and Education**. v. 1, n. 1, 1988.
- WIDDOWSON, F. **Going Up into the Next Class, Women and Elementary Teacher Training, 1840-1914.** London: Hutchinson, 1983.